



14ª Edição - 2024

**Relatoria de Discussão<sup>1</sup>**

### **3. Educar para a cidadania: uma experiência pública participativa e integrativa com comunidades periféricas**

*Educating for Citizenship: a participatory and integrative public experience with peripheral communities*

*Educar para la ciudadanía: una experiencia pública participativa e integradora con comunidades periféricas*

**Valéria Giannella<sup>2</sup>**

**Adriane Vieira Ferrarini<sup>3</sup>**

---

<sup>1</sup>Relatoria das coordenadoras de mesa de discussão de Eixo 12 do XIIº ENAPEGS, <https://www.even3.com.br/xii-enapegs/>. Ensaio realizado a convite dos editores de produção, propondo a inclusão do formato “Relatoria de discussão” na política editorial da CSDT. A iniciativa se justifica, por analogia às resenhas de livros, no intuito de promover leitura sintética e crítica de questões destacadas em eventos científicos, dispondo de gravações, relacionados com a Gestão Social.

<sup>2</sup>Pós-Doutora em Gestão Social e Desenvolvimento Local (CIAGS/UFBA). Professora da UFSB. E-mail: [valeria.giannella@csc.ufsb.edu.br](mailto:valeria.giannella@csc.ufsb.edu.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2523004549190093>

<sup>3</sup>Pós-doutora em Ciências Sociais e Humanas na Universidade de Antioquia (Medellín/ Colômbia). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: [adriane.ferrarini@ufpel.edu.br](mailto:adriane.ferrarini@ufpel.edu.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3823939489789066>

As chamadas “novas formas de ação coletiva” têm ganhado volume e se tornado objeto de pesquisas, em anos recentes, diante de uma significativa ampliação e diversificação de seus protagonistas e dos formatos que eles experimentam para se fazerem presentes nos palcos públicos. Neste texto, focaremos num evento realizado na cidade em Porto Alegre, ao longo do ano de 2022, o 1º Congresso Popular de Educação para a Cidadania (CPEC). A importância do 1º CPEC não foi tanto pela quantidade de participantes ou personalidades envolvidas, mas pela forma como foi produzido, onde aconteceu e como foi realizado. O evento foi uma iniciativa de dois coletivos de Porto Alegre: o Poa Inquieta, formado por cidadãos, e o PONTA Cidadania, composto por mais de 50 organizações sociais periféricas. O CPEC ocorreu em comunidades periféricas de Porto Alegre e sua dinâmica se valeu de metodologias participativas e integrativas em todas as etapas do processo.

Neste trabalho, nosso objetivo é apresentar e analisar a dinâmica do CPEC em seu processo de cocriação, desenvolvimento e avaliação, o qual foi mediado pela arte, pelo diálogo, pelo corpo e pela emoção (FERRARINI, 2016). A metodologia utilizada foi a pesquisa-ativista (HALE, 2008) em que

o pesquisador participa na experiência, a qual dialoga com metodologias de pesquisa-ação participante. Os instrumentos utilizados foram: diários de campo oriundos do processo de participação na experiência, materiais audiovisuais e entrevistas individuais e grupais com doze articuladores dos coletivos envolvidos e atuantes no CPEC, sendo seis deles lideranças das comunidades periféricas envolvidas.

A proposta é de olharmos e analisarmos este evento a partir do conceito de “experiência pública” (PERES, 2020; GIANNELLA, 2020<sup>a</sup>; 2023), usando o conceito de experiência a partir de um marco pragmatista (DEWEY, 2010; BONDIA, 2002). Buscamos indagar formas emergentes de “experimentalismo democrático”, considerando a integralidade da experiência (imbricação entre mente e corpo, razão e emoção, teoria e prática), a singularidade e plenitude dela resultante e a possibilidade de exercer autonomia e autogerenciamento de fins e meios, como os principais motivadores da ação individual e coletiva. O que chamamos aqui de integralidade, Dewey (2010) define como qualidade estética da experiência. “A experiência é afetiva, mas nela não existem coisas separadas chamadas emoções [...] as emoções ligam-se a acontecimentos e objetos em seu

movimento” (Ibid, p. 119). Nessa situação em que meios e fim – autodeterminados e autogerenciados – não se separam e o conhecimento passa pelo corpo e pelas emoções, a experiência singular e plena alcança a sua original dimensão estética (DEWEY, 2010). Cabe marcar o fato de que tratamos de experiência aqui, não para analisar a sua dimensão psicológica, e sim no âmbito de uma reflexão implicada à indagação sobre as possíveis gramáticas da participação contemporânea, em uma fase de renovada esperança em seu potencial de regeneração e inovação. A participação cidadã, constitutiva de uma democracia substantiva, passa pela afirmação da sua autonomia no autogerenciamento de fins e meios como marcas caracterizadoras de experiências democráticas inovadoras que temos observado. Nesta direção, nos apoiamos no referencial das metodologias integrativas enquanto “abordagens, técnicas e métodos, norteados pela busca de uma recomposição entre as partes cindidas do ser humano (mente e corpo, razão e emoção, teoria e prática). É a mente se incorporando, a racionalidade tornando-se sensível, a ciência subjetivando-se, o método abrindo-se para a intuição e a criatividade. (Giannella, Araújo, Oliveira Neta, 2011, p. 143).

Sob a lente das práticas participativas emergentes ou insurgentes, as experiências públicas evidenciam algumas características transversais que aqui apontamos: (1) são radicalmente sociocentradas, compostas por um conjunto em movimento de atores, em que o “eu” experimenta o “outro”; (2) voltam-se à exploração de alternativas às formas de convivência dominantes, à identificação de problemas e a possíveis soluções através da criação de arranjos sociotécnicos situados e colaborativos (MORAES, PARRA, 2020; GIANNELLA, MARTINS 2020); (3) afirmam a não separatividade e interconexão entre corpo e mente, teoria e prática, projeto utópico e prática política do presente; 4) negam o Estado como centro necessário da ação política o que permite a declinação das ações “com o Estado”, “apesar” do Estado e “contra” o Estado (SOUZA, 2010; OLIVEIRA, 2021). Tais posicionamentos envolvem a capacidade estratégica de aproveitar as brechas de ação possíveis entre o Estado e o mercado e de cooperar com ambos sem perder sua postura crítica e autonomia.

Ao indagarmos o Congresso Popular desde formas emergentes de “experimentalismo democrático”, a pesquisa revelou a trajetória de um

evento que foi proposto e estruturado em meados de 2021 por um membro dos coletivos, mas passou a ser totalmente reinventado a partir de março de 2022 através de uma dinâmica participativa e integrativa. O desafio inicial era fazer valer o imperativo do termo “popular”, não somente por acontecer em comunidades periféricas, mas pela intenção de ser cocriado com as pessoas que lá vivem. A diversidade de sujeitos envolvidos neste processo - no caso, lideranças comunitárias e ativistas de classe média (profissionais liberais, professores, estudantes etc.) - trouxe consigo o desafio de lidar com as desigualdades evidentes ou latentes, conscientes ou inconscientes, expressas ou ocultas. A roda de conversa foi o principal instrumento metodológico, mas

não basta nos sentarmos em roda, supondo que nossa posição física igualitária eliminará as desigualdades. A parte maior advém do lento, e também prazeroso, processo de construção de vínculos de afeto e de confiança. No caso do CPEC, eles foram construídos ao longo de um ano de cocriação e de organização do evento. (FERRARINI, 2023, p. 2).

Esta articulação entre participação, confiança e diversidade nos remeteu ao reconhecimento da importância da integralidade da presença dos sujeitos. A fala se manteve imprescindível, mas insuficiente para

tornar fazer falar os silêncios e expressar as dores inscritas também no corpo. Para tanto, lançamos mão de dispositivos metodológicos integrativos, como atividades de relaxamento e dinâmicas participativas de expressão verbal e artística. Tratou-se de corporificar a mente, “empatizar” a racionalidade, tornar criativo o método, incluir a escuta ativa das outras razões. (GIANNELLA, ARAÚJO, OLIVEIRANETA, 2011).

Esta dupla corpo-emoção costuma andar bem esquecida, quando não neutralizada nos processos de conhecimento e de planejamento. Foi através do relaxamento no começo das rodas de conversa e de técnicas artísticas que conseguimos dar uma trégua nas nossas funções racionais que nunca param de analisar, ponderar e julgar e deixamos o saber que está sob a pele, oriundo da alegria e também da opressão, aflorarem em conjunto com a criatividade e a liberdade. É quando nos tornamos mais presentes em nós mesmos que também nos conectamos com o outro. Para além das eventuais estranhezas aparentes, nos sentimos mais próximos e tão semelhantes em nossa humanidade. (FERRARINI, 2023, p. 2).

O primeiro dos três encontros de cocriação, os quais denominamos “pré-congressos” - já instaurou este ambiente. Nas palavras do José (líder comunitário, nome fictício):

Com a diversidade de pessoas na dinâmica de fazer os cartazes sobre o que era “educação para a cidadania”, nós fizemos um desenho onde o pessoal do morro estava descendo [do morro] e o pessoal de cima [classe média] também estava descendo [de sua

condição de classe] e a gente estava se encontrando no meio. Quando eu vi aquele encontro no meio, eu me transformei. É possível, estamos fazendo isso aqui. O Congresso está trazendo isso, de descortinar um mundo lá fora e aqui dentro. (entrevista realizada no dia 28abr2023).

Após os três pré-congressos (que envolveram cerca de 200 crianças, adultos e idosos), e como fruto de um trabalho totalmente voluntário de cerca de 40 pessoas mais ativas, o Congresso foi cocriado em 45 dias (definição final do objetivo, metodologia, captação de recursos, comunicação e infraestrutura). O recurso partiu do zero, tendo sido captado por doações e crowdfunding. O objetivo cocriado foi “ser um espaço de construção colaborativa para a (trans)formação de cidadãos ativos e de uma sociedade inclusiva, democrática e sustentável”. Para tanto, escutar as vozes das periferias era o caminho principal, tornado possível através de 25 rodas de conversas que envolveram cerca de 700 participantes de todas as idades e de uma rica programação artística em escolas e equipamentos públicos em três comunidades periféricas de Porto Alegre durante os três dias do Congresso. Foi oferecido transporte, refeições e caneca do evento.

O Congresso girou em torno de quatro grandes temas do Congresso: 1) Educação social – discriminação racial, de gênero, de classe e de religião; 2)

Inclusão social e realidade das periferias; 3) Educação ambiental – logística reversa, cidade limpa e cidade sustentável; 4) Empreendedorismo e mercado de trabalho. As atividades foram organizadas de modo que as pessoas pudessem participar de quatro rodas num dia, cobrindo todos os eixos. As perguntas mobilizadoras das rodas de cada eixo eram as seguintes: 1) Qual é a (educação/ trabalho/meio ambiente/inclusão) que temos? 2) Qual é a queremos? 3) Como chegar lá? Estas perguntas foram aplicadas a cada um dos outros eixos. Além disso, os participantes receberam o “Passaporte Cidadão”, que tinha o formato de um livreto e continha as informações gerais do Congresso. Após participar das rodas, as pessoas carimbavam o seu passaporte com a cor do eixo em que haviam participado, buscando dar certa concretude ao processo de ser um cidadão que transita livremente na cidade, que trata sobre os temas que envolvem a sua comunidade e a sua cidadania.

Quanto ao produto, a ideia inicial era a elaboração de um relatório e de materiais mais apropriados para a disseminação do conteúdo produzido - como um breve documentário e/ou ebook - a serem direcionados aos poderes executivo e legislativo, investidores, organizações sociais e à

sociedade em geral. Não houve condições de proceder à análise e sistematização do exaustivo conteúdo, e este pode ser considerado o principal limite do 1º CPEC. Contudo, a retomada posterior de contato com lideranças das comunidades periféricas envolvidas por ocasião da preparação do 2º Congresso revelou que outras produções de resultados aconteceram - e seguem acontecendo - para além dos registros do Congresso:

Eu e Seu João [nome fictício] conversamos muito depois, que tínhamos que fazer algo diferente. O que é educação para um cidadão melhor? Quando sentamos numa roda e as pessoas se apresentam, as pessoas da comunidade se retraem porque o que elas tem é [só] vivência.” (Jorge, líder comunitário).

José segue com o relato de que o reitor de uma universidade soube da experiência do Congresso e chamou a ele e outras lideranças para conversarem, ocasião em que eles levaram a ideia de criarem a Academia de Líderes Sociais, a qual atribuiu um diploma que eles chamaram de Diploma Cidadão: “É um diploma que mostra que eles [moradores das comunidades] são capazes, para além das vivências. Para vocês, aquele lugar [a universidade] é um lugar comum, mas para nós é um ganho muito grande, é até uma grande vitória (José, líder comunitário). São produções de

intersubjetividade social que compõem a “política do cotidiano” produzida em experiências públicas democráticas, política essa tão relevante para a transformação social efetiva da cidade.

À guisa de conclusão, uma análise preliminar dos quatro eventos (três pré-congressos e o congresso) revelou a presença de três características fundamentais da experiência pública como os principais motivadores da ação individual e coletiva, quais sejam, o exercício de participação cidadã, a integralidade da experiência e a autonomia e autogerenciamento de fins e meios. As metodologias integrativas - em especial o relaxamento realizado no começo de cada atividade, os desenhos e as inúmeras performances de artistas periféricos - foram fundamentais para a liberação das emoções que colocaram pessoas tão diferentes em condições de maior sensibilidade para a escuta empática e para a liberação de conteúdos inconscientes. Quando os dispositivos racionais dão uma trégua em suas funções de raciocínio, ponderações entre certo e errado e julgamentos - em geral exacerbadas em nossa cultura -, a emoção, o saber proveniente da alegria e da opressão que está sob a pele, a criatividade e a liberdade encontram canais para se expressarem.

Nesta fricção de saberes e afetos – e considerando a imprevisibilidade de experiências públicas cocriadas e socialmente inovadoras - todos saíram tocados e engajados no sonho de, em 2023, ampliar o Congresso para outras comunidades, expandindo escutas, abraços, conhecimentos e projetos participativos e inclusivos de cidade. O 2º Congresso aconteceu em 2023, mantendo o protagonismo da diversidade de atores sociais em diálogo e convergindo para a finalidade comum de desbravar experiências educativas inovadoras e inclusivas para a construção de uma cidadania mais plena em Porto Alegre. Neste ano, foram realizados seis eventos (quatro pré-congressos, o congresso em si e um pós-congresso), os quais envolveram outras cinco comunidades periféricas e incluíram na metodologia a realização de uma “grande roda” com a presença de gestores públicos e intelectuais, em conjunto com lideranças locais dos coletivos e comunidades locais. Numa delas registramos a presença do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, assim como de secretários municipais e estaduais. Além disso, aproveitando o evento Fronteiras do Pensamento na cidade, o filósofo norte-americano Michael Sanders e o arqueólogo britânico David Wengrow foram convidados e estiveram presentes

nestas grandes rodas de conversa para a escuta das comunidades periféricas e para a troca de ideias.

Ao longo de 2023 e na sequência já iniciada em 2024, lideranças comunitárias tiveram papel mais central na organização e operacionalização do CPEC, recebendo um recurso mensal para poderem dedicar-se parcialmente a estas atividades. Com isso, também novos desafios surgiram frente à necessidade de lidar com a gestão desses recursos e processos deliberativos, ao se pretender construir alguma estrutura que viabilize a continuidade e expansão dessa metodologia participativa como um laboratório vivo (MAGALHÃES; ANDION; ALPERSTEDT, 2020; MORAES; PARRA, 2020) que poderá vir a inspirar políticas públicas na cidade.

Ao final, ficam algumas indagações para produções teóricas futuras: a manutenção dessa estrutura gerará um processo de institucionalização, drenando suas energias criativas e afetivas? Ou ela permitirá fazer chegar espaços de escuta e de inclusão a um número maior de comunidades e públicos, com amadurecimento dos vínculos em nome de um fazer coletivo mais estruturado e estruturante, contribuindo para a construção de uma democracia mais

substantiva na cidade? Desde perspectivas epistemológicas contra-hegemônicas, por um lado vislumbramos a potência dessa experiência integral que envolve ações educativas, libertadoras e eficazes com possibilidade de construção participativa de políticas públicas de baixo para cima, visando a efetivação de processos de inclusão e democratização. Por outro lado, acompanhamos, participamos, observamos e almejamos por viver e conhecer os próximos passos, sempre complexos e fonte de aprendizagem acerca dos meandros e dos modos de fazer, viver, aprender e contribuir na tarefa urgente de reinventar a democracia nas nossas cidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDÍA, J. L. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3Vehpp9>. Acesso em: 13 abr. 2023.

DEWEY, J. **Arte como experiência.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FERRARINI, A. V. **Corpo e emoção na produção de conhecimento científico: uma experiência de pesquisa sociopoética com trabalhadores da economia solidária.** Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpo, Emociones y Sociedad, v. 21, p. 80 – 92, 2016.

FERRARINI, A. V. **Quando o essencial é invisível aos olhos: o 2º Congresso Popular de Educação para a cidadania será realizado em 2023.** SLER: Rede Social para ler e Escrever, publicado em 10/05/2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CsD8kJ5OJHa/?igshid=MTc4MmM1YmI2Ng==> Acesso em: 17 set. 2023.

GIANNELLA, V. A democracia em disputa. In.: TORRUELLA, Joaquin B.; MARTINS, Simone; NEBOT, Carmen Pineda (Orgs.). Uma nova democracia para o século XXI? Viçosa: S. Martins, p. 302-326, 2020.

GIANNELLA, V. **Experimentalismo democrático em tempos de crise democrática.** Nuances e potenciais. In Losada, Janaina e al. De valente esperança e rebeldia”: ensaios para um Brasil plural. Salvador: Edufba, 2023. Pp. 31-50.

GIANNELLA, V.; ARAÚJO, E.; OLIVEIRA NETA, V. **As Metodologias Integrativas como caminho na ampliação da esfera pública.** In: SCHOMMER, Paula Chies; BOULLOSA, Rosana de Freitas. (Org.). Gestão Social: Metodologias Integrativas. Tecendo Saberes e Ampliando a Compreensão como Caminho para a Redefinição da Esfera Pública. Florianópolis: Editora UDESC, v. 1, p. 139-164, 2011.

\_\_\_\_\_. MARTINS, F. H. **Tecendo elos no limiar da pandemia: laboratórios do comum e experiências públicas para a gestão social de territórios.** In.: Estado e sociedade sob olhares interdisciplinares experiências participativas, disputas narrativas, território e democracia / Ana Carneiro... [et al.]. – Salvador: EDUFBA, 2020<sup>a</sup>, p. 209-225.

MAGALHÃES, T.; ANDION, C.; ALPERSTEDT, G. Laboratórios vivos de inovação social e ação pública: um enfoque analítico e um caminho metodológico baseados no pragmatismo. Cad. EBAPÉ.BR, v. 18, Edição Especial, Rio de Janeiro, p. 681-696, nov., 2020.

MORAES, A; PARRA, Z. M. **Laboratórios do Comum: experimentações políticas de uma ciência implicada.** Revista do Centro de Pesquisa e Formação – SESC/SP, n.10, agosto de 2020. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/61037>

OLIVEIRA, G. M. **“Caminhar perguntando: para além, apesar ou com o estado? A construção de autonomias nos movimentos de economia solidária de Brasil e México.** Tese de doutorado em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, 2021.

PERES, J. L. P. Reinterpretando o fluxo de políticas públicas a partir da experiência: do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF. 2020. Tese de doutorado em

Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação  
Internacional da Universidade de Brasília, DF,  
2020.

e suas práticas espaciais, entre a luta  
institucional e a ação direta. *Cidades*, v.7, n.11,  
13-47, 2010.

SOUZA, M. L. Com o Estado, apesar do  
Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos